

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 14/2023, em que são recorrentes **Pedro dos Santos da Veiga e Outros** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 99/2023

(Autos de Amparo 14/2023, Pedro dos Santos da Veiga e outros v. Tribunal da Relação de Sotavento, Aperfeiçoamento por Falta de Indicação de Conduta em Segmento Decisório do Acórdão Impugnado; Ausência de Autonomização das Peças de Amparo; Deficiências na Formulação dos Amparos e Omissão de Junção de Documentos Relevantes)

I. Relatório

1. Os Senhores Pedro dos Santos da Veiga, Ailson Semedo Mendes e Arlindo Semedo Mendes, interpuseram recurso de amparo impugnando o *Acórdão TRS 37/2023*, relacionando, para tanto, argumentos que podem ser abreviados da seguinte forma:

1.1. De um ponto de vista fáctico, dizem que:

1.1.1. Os requerentes Pedro da Veiga e Arlindo Semedo foram detidos fora do flagrante delito, por determinação do Ministério Público da Comarca da Praia, por haver suspeitas de que teriam cometido crimes de tráfico de estupefaciente e associação criminosa;

1.1.2. Na sequência da sua detenção foram também executados mandados de busca nas “residência[s]” e espaços frequentados pelos mesmos, não tendo sido apreendida qualquer evidência relacionada com esses crimes;

1.1.3. Já ao requerente Ailson Mendes, também detido fora de flagrante delito, por determinação do Ministério Público, pelos mesmos motivos, durante as buscas efetuadas na sua residência, foram apreendidos “1,258g (um virgula, duzentos e cinquenta e oito gramas) de cocaína e 0,588g (zero virgula quinhentos e oitenta gramas de cannabis”;

1.1.4. Os factos que motivaram a detenção dos requerentes Pedro Veiga e Arlindo Semedo, fora do flagrante delito, no dia 20 de julho de 2021, se terão fundado exclusivamente em escutas telefónicas, alegadamente efetuadas aos requerentes;

1.1.5. No caso do Sr. Ailson Mendes, no entanto, acresceria o facto de terem sido apreendidas pequenas quantidades de droga na sua residência;

1.1.6. Alegam que no primeiro interrogatório de arguido detido negaram a prática dos factos que configurariam crime de tráfico de estupefacientes, tendo o Sr. Ailson Mendes esclarecido que as drogas apreendidas na sua residência serviam para o seu consumo. Mas que, apesar da falta de provas concretas, “o Tribunal da Comarca da Praia determinou a prisão preventiva dos requerentes, situação em que se encontram até à data”;

1.1.7. Essa falta de provas concretas, a seu ver, deixou inquieto o Tribunal aquando da aplicação da medida de coação, o que terá ficado patente na parte da reflexão onde, entre outras coisas, arguiu que “[d]estarte, ainda que a alguns do[s] arguido[s] não se tenha apreendido qualquer objeto ou produto da prática do crime, nem por isso se veem livres dos indícios de concorrerem para práticas de delitos penais, suficiente para, de *summario cognitio*, decidir nesta fase”.

1.1.8. Por discordarem da medida de coação que lhes foi aplicada, recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento, “por entenderem que lhes estavam a ser excessivamente restringindo o direito a liberdade, por violação dos princípios da legalidade, adequação, proporcionalidade e subsidiariedade”;

1.2. Entretanto, segundo mencionam, aquando do reexame da prisão preventiva, findos os três meses de privação de liberdade, por requerimento do Ministério Público, o Tribunal da Comarca da Praia, por despacho de 20 de outubro de 2021, sem audiência prévia dos requerentes, declarou a especial complexidade do processo e elevou o prazo de prisão preventiva, sem que tenha sido proferido despacho de acusação, de 4 meses para 6 meses;

1.2.1. Porque, no seu entendimento, tal despacho, notificando-lhes da promoção do Ministério Público, atentava contra os seus direitos à audiência, ao contraditório e à liberdade sobre o corpo, dele interpuseram recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, que, através do *Acórdão* 36/2022, julgou-o improcedente, com o fundamento

de que “o Tribunal da Comarca da Praia não estava obrigado a notificar os requerentes da promoção do MP e nem a proceder audiência prévia dos mesmos tendente a declarar a especial complexidade do processo e a elevação do prazo de prisão preventiva dos arguidos de 4 para 6 meses sem acusação”;

1.2.2. Defendem, outrossim, que o prazo de prisão preventiva, sem que tenha sido proferido despacho de acusação, esgotou-se em 20 de novembro de 2022 e que, a partir dessa data, passaram a estar numa situação de prisão ilegal, posição na qual alegadamente ainda permanecem até à data de interposição do presente recurso, em consequência da declaração de especial complexidade, que estendeu o prazo da mesma de forma ilegal;

1.2.3. Recorrem à jurisprudência portuguesa para apoiar a sua tese de que “o prazo acrescentado pela especial complexidade ilegal, não tem o condão de sustentar a prisão preventiva que o mesmo tenciona prolongar”, citando o disposto num acórdão.

1.2.4. Reiteram que “[a]o proferir aquela declaração de especial complexidade do processo sem ouvir os requerentes, precluiu-se a possibilidade destes se (...) pronunciarem sobre esta matéria, o que equivale por dizer ter sido violado o direito de audição”;

1.2.5. Citam ainda jurisprudência do Tribunal Constitucional a respeito da questão da (não) notificação do arguido da promoção do MP e da sua (não) audição antes da referida declaração de especial complexidade;

1.2.6. Lembram que a lei impõe sempre a audição prévia do arguido em relação a qualquer tomada de decisão que pessoalmente o afete. Por isso, defendem que haverá de se considerar irrelevante a declaração de especial complexidade;

1.2.7. Afirmam que apesar dessa ilegalidade, os requerentes foram mantidos em prisão preventiva, submetidos a julgamento e condenados pelo Tribunal da Comarca da Praia nas seguintes penas: Pedro dos Santos da Veiga na pena de seis anos de prisão; Ailson Semedo Mendes na pena única de 10 anos de prisão; Arlindo Semedo Mendes na pena de 5 anos de prisão.

1.3. Acresce que, não se conformando com a sentença do Tribunal da Comarca da Praia, recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento com fundamento no vício

previsto no art.º 442º n.º 2, al. a) do CPP porque a seu ver teria havido falta de fundamentação da decisão e as penas aplicadas seriam desproporcionais e injustas;

1.3.1. No seu duto *Acórdão 37/2023*, o TRS viria a decidir pela procedência parcial do recurso relativamente aos requerentes, “revogando a sentença no segmento respeitante à pena parcelar relativa ao crime de lavagem de capital aplicada ao arguido Alison Mendes; e no mais, confirmando a decisão, entendendo no essencial que as escutas telefónicas nos autos, são suficientes para sustentar a condenação por tráfico de droga”;

1.3.2. A seu ver, o Tribunal recorrido, tal como tinha acontecido com o Tribunal de 1.ª Instância, presumiu a ocorrência do tráfico de estupefacientes e condenou-os tendo por base as escutas telefónicas;

1.3.3. Pois que, à exceção do requerente Ailson, a quem foi apreendido uma quantidade relativamente pequena de drogas, que seria passível de condenação por tráfico de menor gravidade, “aos demais requerentes não foi apreendida droga, não foram visto[s] a vender ou comprar a ninguém droga, suportando a condenação unicamente com as escutas telefónicas”;

1.3.4. Concluem a esse propósito que “entendem que a interpretação do direito e aplicação efetuada pelo Tribunal da Comarca da Praia e agora pelo Tribunal da Relação de Sotavento viola os seus direitos constitucionais a liberdade sobre o corpo, a presunção da inocência e ao processo justo e equitativo” lembrando o facto de que o Venerando Juiz Desembargador Antero Lubrano, no seu voto de vencido, ter assentado que “[d]e acordo com as escutas não podemos concluir que estes compraram ou venderam estupefaciente”;

1.4. Acrescentam que ao terem conhecimento do incidente de escusa da Veneranda Juíza Desembargadora Dra. Helena Barreto no dia 29 de março de 2023, apenso aos *Autos de Recurso Crime n.º 236/2022*, “por entenderem, que mudança do Juiz nos processos é decisão que influi com o direito fundamental do arguido ao Juiz Natural previsto no art.º 35º, n.º 10 da CRCV, portanto, sendo uma decisão que afeta diretamente os requerentes, solicitaram a notificação de tal requerimento de escusa nos termos do art.º 77º, n.º 1, b) do CPP e arguíram nulidade da decisão que recaiu sobre o referido requerimento, por violação do direito de audiência, do contraditório e da ampla defesa”;

1.4.1. Entretanto, o TRS indeferiu o pedido de notificação do requerimento de escusa alegando, no essencial, que esse processo “não admite contraditório, comportando somente a intervenção da Ex.mª Requerente e do Tribunal, na medida em que não há qualquer disputa entre partes, sujeitos ou intervenientes processuais”;

1.4.2. E que em relação à arguida nulidade da decisão que recaiu sobre o referido requerimento, por não terem proferido tal decisão, abstêm-se de a conhecer;

1.4.3. Para os requerentes, contrariamente ao que é o entendimento do TRS, a mudança do Juiz nos processos, é decisão que afeta “o direito fundamental do arguido ao Juiz Natural” previsto no art.º 35.º, n.º 10 da CRCV, “sendo uma decisão que afeta diretamente os requerentes, nos termos do art.º 77, n.º 1, b) do CPP” não tendo sido ouvidos previamente pelo tribunal, ocorreu a violação do direito de audiência, do contraditório e da ampla defesa;

1.5. Terminam o seu arrazoadado indicando as condutas que pretendem impugnar que seriam:

1.5.1. Em primeiro lugar, a que alegam ser a conduta principal, que se consubstancia no facto de “o TRS ter considerado que as escutas são suficientes para considerar que os requerentes Pedro e Arlindo compra[vam] ou vend[iam] estupefacientes, e a não condenação do Ailson por tráfico de menor gravidade”, violando os direitos fundamentais dos requerentes à liberdade sobre o corpo (art.º 29º da CRCV), ao devido processo legal e ao processo justo e equitativo (art.º 22º da CRCV), à presunção de inocência (art.º 35.º n.º 1 da CRCV) e à decisão judicial fundamentada (art.º 211º, n.º 5 da CRCV);e,

1.5.2. Em segundo lugar, “o facto da decisão sobre a especial complexidade ter sido proferido[a] sem prévia audiência dos requerentes”, o que, a seu ver, viola o direito ao contraditório (art.º 35.º n.º 6 da CRCV), à presunção e inocência (art.º 35º, n.º 7 da CRCV) e o direito de audiência (art.º 35º n.º 7 da CRCV).

1.5.3. Por último, entendem também ser conduta violadora dos seus direitos fundamentais, nomeadamente, o direito ao juiz natural (art.º 35º n.º 10 da CRCV e art.º 77, n.º 1, b) do CPP), a mudança de juiz no processo, devido a pedido de escusa, sem ouvir em audiência prévia os arguidos.

1.6. Pedem como amparo, que seja anulado todo o processado, sejam restabelecidos os direitos fundamentais por eles alegados, e, em consequência, sejam absolvidos os requerentes.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os recorrentes foram notificados do acórdão de que recorrem, a 16 e 17 de março de 2023,

2.1.1. Tendo o requerimento de recurso dado entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional no dia 18 de abril de 2023, o recurso revela-se intempestivo, porquanto foi apresentado fora do prazo de 20 dias, previsto no n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo.

2.1.2. Fundamenta a sua posição em nota de rodapé, chamando a atenção para o facto de apenas ter sido concedida tolerância de ponto na tarde do dia 6 de abril e, por isso, não se podendo suspender a contagem do prazo nesse dia.

2.1.3. É de parecer que, por ter sido interposto fora do prazo legal, o presente recurso de amparo não preenche os pressupostos de admissibilidade, não devendo, por isso, ser admitido.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 4 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de

proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão n.º 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional*

efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através

das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão n.º 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, apesar de terem apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, é notório que a peça não cumpre na sua plenitude a forma prevista na lei, tendo em conta que os requerentes não incluíram na mesma, de forma destacada, um segmento conclusivo, que resumisse por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Se esta questão de índole mais formal pode ser ultrapassada, já que a parte final da sua peça permite considerar que há um segmento materialmente conclusivo em que se tenta delimitar o objeto da impugnação, indicando as condutas desafiadas, outras deficiências há que este Tribunal não consegue contornar.

2.3.5. Desde logo, a ligação entre as condutas impugnadas e as decisões que as integram é tudo menos clara. Veja-se que diz que o recurso é dirigido contra o *Acórdão TRS 23/2023, de 16 de março*, mas ataca uma conduta de se ter proferido despacho de declaração especial complexidade do processo sem ouvir previamente o arguido, a qual não transparece muito claramente dessa decisão judicial. Convindo, assim, esclarecer em que trecho da mesma se acolheu o entendimento, que, no ponto 30, os recorrentes censuram.

2.3.6. Em relação à conduta que destaca no ponto 31 de se ter acolhido tese de que não seria necessário ouvir os arguidos antes de decisão sobre a escusa de juiz, o recorrente limitou-se a anexar uma mensagem eletrónica contendo o que seria supostamente a notificação de um despacho, mas que não deixa transparecer a sua natureza ou o seu autor, nomeadamente ficando na penumbra informações tão elementares quanto decisivas para a avaliação da cognoscibilidade da impugnação sobre se se tratou de uma despacho do Coletivo do TRS, da sua Honorável Juíza-Presidente, do Juiz-Conselheiro Relator ou de outro tribunal. Neste particular, o que os recorrentes devem trazer aos autos são cópias certificadas de todas as peças que se referem ao incidente em causa que dizem estar apenso aos Autos de Recurso Crime n.º 236/2022 para que este Tribunal aprecie a questão; e informações sobre eventuais pedidos de reparação ou reclamações que se seguiram ao pedido de notificação que dirigiu ao órgão judicial recorrido e que este não terá satisfeito.

2.3.7. Apesar do esforço dos recorrentes em tentar explicitar os amparos que pretendem obter deste Tribunal, a técnica e a fórmula utilizadas não são as mais felizes. Porque, no caso concreto, dizem que suplicavam “como amparo, a anulação de todo o

processado (que viola direitos fundamentais e o restabelecimento destes direitos)...”, absolvendo os requerentes). É evidente que mesmo que estimadas, nem todas as condutas impugnadas teriam o potencial de conduzir a esses desfechos, por motivos quase evidentes. Sendo assim, o que os recorrentes devem fazer é estabelecer o amparo que pretendem obter em relação a cada conduta que impugnam e não indicar um remédio geral que, podendo estar conectado com uma das condutas, não está seguramente associado a todas elas.

2.4. Em relação ao que designam de questão principal, e que aparentemente seria o esteio do seu recurso, podendo haver condutas que atingiriam simultaneamente os direitos de todos os recorrentes – o que se apurará no mérito caso este recurso venha a ser admitido – outras há em que claramente, a terem ocorrido, não desencadeariam um potencial vulnerador dos direitos de titularidade de todos os suplicantes.

2.4.1. Em tais circunstâncias, e ainda que o ato formal impugnado seja o mesmo, é determinante que se formule os pedidos de amparo em separado, posto ser este meio de tutela “personalíssimo” (*Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, 3.2; *Acórdão 27/2019, de 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608, 3.5.4; *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 5.4, *Acórdão 25/2020, de 17 de julho, Justino Lopes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2150-2152, 4), pois mesmo que estimado, beneficia somente os que foram prejudicados concretamente pela conduta lesiva. Conforme a Corte Constitucional tinha assentado através do *Acórdão 17/2022, de 19 de abril, Kely Lopes e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de junho de 2022, p. 1586-1590, 2. “Compulsados os autos, verifica-se que os recorrentes, coletivamente, atribuíram à Se[c]ção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça a

responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais que julgam ser de sua titularidade, como se o recurso de amparo fosse acionável por via de um litisconsórcio. Ora, o recurso de amparo enquanto mecanismo de proteção de índole pessoal requer que a iniciativa de o implementar seja assumida singularmente, pelo que se exige que cada titular de direito identifique as condutas e as impute individualmente à entidade a quem se atribui a responsabilidade pela violação”.

2.4.2. Neste caso, por maioria de razão, porque traz-se ao conhecimento desta Corte a impugnação de condutas potenciais que não se projetam da mesma forma sobre todos os coarguidos e que carecerão de uma determinação autónoma. Designadamente porque o recurso ordinário não foi colocado da mesma forma em relação a todos, e, em consequência, a decisão recorrida não incide sobre todos os coarguidos do mesmo modo, nomeadamente quanto à fundamentação da mesma. Por essa razão, o Tribunal teve dificuldades extremas em separar as respetivas situações umas das outras.

2.5. Por esta razões, para que processo possa seguir os seus trâmites ulteriores será necessário que os recorrentes clarifiquem em que trecho do acórdão recorrido se consegue identificar a conduta referente à declaração de especial complexidade do processo; anexem documentos referentes ao processo de escusa de juiz que consideraram ter conduzido à violação dos seus direitos; indiquem os amparos que pretendem obter em relação a cada conduta que impugnaram, e, sobretudo, apresentem de forma autónoma os recursos de amparo para cada recorrente, considerando as particularidades das condutas que atingem cada um deles e os respetivos percursos processuais em termos de suscitação tempestiva da violação, pedidos de reparação insertos em recursos ordinários ou em requerimentos avulsos, e condutas efetivamente imputáveis ao órgão judicial recorrido.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação dos recorrentes para que corrijam o seu recurso de amparo:

- a) Apresentando petições de recurso individuais, indicando as condutas concretas que os atingem em específico, os direitos concretos de sua titularidade individual que terão sido violados e o amparo concreto que visam

obter em relação a cada conduta que tenha vulnerado posições jurídicas que tenham;

- b) Indicando o trecho do ato judicial que expressamente impugnem, isto é, o *Acórdão TRS 23/2023*, em que o órgão judicial recorrido se pronunciou sobre a declaração de especial complexidade do processo;
- c) Carreando para os autos elementos suficientes que permitam ao Tribunal Constitucional aferir a admissibilidade de conduta que atribuem a órgão imperfeitamente identificado de ter considerado que a mudança de juiz na sequência de escusa não tem de ser precedida de audição do arguido;
- d) Indicando claramente que amparos pretendem obter em relação a cada conduta que impugnarem.

Registe, notifique e publique.

Praia, 14 de junho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 14 de junho de 2023.

O Secretário,

João Borges